

Conselho de Desenvolvimento Urbano – CDU
Ata da 114ª (centésima décima quarta) Reunião Ordinária
Dia 16 de maio de 2003

Às 09:30 (nove e trinta) horas do dia 16 de maio de 2003 (dois mil e três), na sala de reunião do Gabinete da Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente – SEPLAM, reuniu-se o Conselho de Desenvolvimento Urbano – CDU, sob a presidência da Dra. Norma Lacerda, suplente do presidente do Conselho. Havendo número legal, a presidente declarou aberta a reunião, fazendo a leitura da pauta: 1) Aprovação/Assinatura da Ata da Reunião Extraordinária, realizada no dia 11 de abril de 2003. 2) Lei de Resíduos Sólidos - SINDUSCON. 3) Análise da classificação do imóvel nº 385, da Av. Conde da Boa Vista (Colégio Marista), como IEP (DPU e DPSH - URB/RECIFE). 4) Plano Diretor. 5) Outros. Em seguida, comunica aos conselheiros que o Dr. Djalma Paes presidente do Conselho encontra-se na solenidade de sua filiação ao Partido dos Trabalhadores (PT). Estiveram presentes os conselheiros, Dra. Norma Lacerda, suplente do Presidente, Dr. José Cavalcanti de Rangel Moreira, Diretor Geral da DIRCON/SEPLAM (titular), Dra. Elbia Valéria Pires da Silva, Assessora da DIRCON/SEPLAM (suplente), Dr. Elísio Soares de Carvalho Júnior, Secretário Adjunto de Finanças, (suplente), Dra. Tatiana Maia da Silva Mariz, Procuradora Geral Assistente do Município da Secretaria de Assuntos Jurídicos (titular), Dr. José Carlos Almeida Júnior, Assessor da Diretoria de Planejamento da Secretaria de Saúde (titular), Dr. Aubiérgio Barros de Souza Filho, representante da Caixa Econômica Federal (titular), Dra. Sílvia Maria Ramos de Oliveira, representante da FIDEM (titular), Dra. Maria de Fátima Furtado, representante do MDU/UFPE (titular), Dr. Antônio Benévolo Carrilho, representante da FIEPE (suplente), Dr. José Luiz Soares Muniz de Araújo, representante da ACP (titular), Dr. Antônio Aristóteles de G. Bastos, representante do CREA (suplente), Dr. Huseyin Miranda Sipahi, representante do CORECON (titular), Dr. Márcio de Souza Rocha, representante do STIUEPE-CUT (suplente), Dr. Arménio Cavalcanti Ferreira, representante da ADEMI-PE (titular), Dr. Ronaldo Coelho Filho, representante do CENDHEC (titular), Dr. Carlos Maurício da Fonseca Guerra, representante do Centro Josué de Castro (suplente), Dra. Ana Kelly Ferreira, representante da ETAPAS/ABONG (suplente), Sra. Elaine de Oliveira Santos de Farias, representante do Fórum do PREZEIS (titular), Sr. João José da Silva, representante do Fórum do Prezeis (suplente), Sr. Altamir Jorge do Espírito Santo, representante do MNLM/PE (titular) e o Sr. Paulo André, representante da Central dos Movimentos Populares – CMP (suplente). Prosseguindo, Dra Norma passa para o segundo item da pauta – Lei de Resíduos Sólidos, convidando os professores Dr. Arnaldo Cardim de Carvalho Filho, da Escola Politécnica - UPE, juntamente com a professora Maria Antonieta Cavalcanti de Oliveira do Núcleo de Tecnologias Limpas - NTL/UFPE, para fazer a apresentação. O professor Arnaldo inicia citando à Resolução nº 307/02, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, disciplinando as ações necessárias de forma a minimizar os impactos ambientais. Comunica que o SINDUSCON foi quem tomou a iniciativa para elaboração do programa Entulho Limpo / PE. O grupo gestor do programa é formado pela Escola Politécnica de Pernambuco – UPE, pelo Núcleo de Tecnologias de Pernambuco da UFPE, pelo Centro de Treinamento da Construção Civil do SENAI, o SEBRAE e o ITEP. A Resolução 307/02, de 05 de julho 2002 entrou em vigor a partir do dia 02 de janeiro de 2003. “Esta Resolução define uma série de requisitos e responsabilidades tanto do setor privado quanto do setor

público, para dar condução no tratamento dos resíduos da construção civil". Continuando, faz um histórico da elaboração do programa Entulho Limpo. "O programa tem como metas: (I) contribuir para a gestão dos resíduos da Indústria da Construção, dentro das disposições da Resolução 307-CONAMA; (II) estimular a implantação de processos de redução, reutilização e aproveitamento dos resíduos da construção; (III) contribuir para o desenvolvimento de novos procedimentos construtivos, que causem menores impactos ao meio ambiente. É formado por quatro Projetos. 1. Caracterização dos Resíduos da Construção e Demolição, que tem como produto a criação do banco de dados com os principais indicadores da produção de resíduos da construção e demolição, (prazo: 12 meses). 2. Gestão dos Resíduos da Construção Civil em Canteiros de Obras no Estado de Pernambuco, que tem como produto o padrão para implantação no canteiro de obras, adequado as exigências da Resolução 307 do CONAMA, (prazo: 12 meses). 3. Reutilização e Aproveitamento dos Resíduos na Indústria da Construção Civil no Estado de Pernambuco, como produtos, a geração de processos com procedimentos que atendam as exigências da Resolução 307- CONAMA e minimização do passivo meio ambiental dos RC&D, (prazo: 12 meses). 4. Racionalização de Processo na Indústria da Construção Civil, cujos produtos são a identificação e correção de processos com perdas bem como o banco de dados com os principais indicadores da produção, (prazo: 12 meses)". Em seguida, cita alguns itens dos Artigos da referida Resolução. "O Art. 2º precisa as seguintes definições: transportadores, beneficiamento, gerenciamento de resíduos, reutilização, reciclagem, aterro de resíduos da construção civil, áreas de destinação de resíduos. O Art. 3º, estabelece as seguintes classificações: (I) Classe A – são os resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados, tais como: a) de construção, demolição, reformas e reparos de pavimentação e de outras obras de infra-estrutura, inclusive solos provenientes de terraplanagem. b) de construção, demolição, reformas e reparos de edificações: componentes cerâmicos (tijolos, blocos, telhas, placas de revestimentos etc.), argamassa e concreto; (II) Classe B – são os resíduos recicláveis para outras destinações, tais como: plásticos, papel / papelão, metais, vidros, madeiras e outros; (III) Classe C – são os resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação, tais como os produtos oriundos do gesso; (IV) Classe D – são os resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como: tintas, solventes, óleos e outros, ou aqueles contaminados oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros. Durante a proposição desse programa, o SINDUSCON solicitou que fizéssemos uma visita à cidade de Belo Horizonte, que tem implementado um sistema de gestão desses resíduos, antes mesmo da publicação da Resolução 307 do CONAMA. A cidade está sendo um exemplo na orientação das ações que poderão ser desenvolvidas". Passando em seguida a palavra a professora Maria Antonieta, que comenta sobre a visita à Belo Horizonte, cidade referência nacional ao atendimento da referida Resolução. " Belo Horizonte, com aproximadamente 2.500.000 habitantes (residente + flutuante), com 355 km², está absolutamente integrada em todos os artigos da Resolução do CONAMA. Possui um Modelo de Gestão de Resíduos Sólidos , através de três Projetos: o Aterro Sanitário (consistência tecnológica), a Cidadania e Participação Social (projeto Carroceiros) e a Valorização do Trabalhador". A professora apresenta um histórico com programas e ações voltadas à minimização dos problemas ambientais, desde o ano de 1993. "A primeira Estação de Reciclagem de Entulho foi implantada na Região Oeste da cidade, no ano de 1995, a segunda Estação foi implantada na Região da Pampulha, de forma a contribuir para a minimização dos problemas de assoreamento da

lagoa. Em 1995, foi iniciada a instalação da rede de unidades e recebimento de pequenos volumes (URPVs), para auxiliar na captação de resíduos”. Em seguida, apresenta algumas fotos da cidade de Belo Horizonte com vários tipos de deposições irregulares. “Andamos por vários locais na cidade e não encontramos entulhos. Existem duas Estações de Reciclagem. Estão sendo projetadas outras, em pequenos lotes, totalizando 19 unidades. Existem também, os subprogramas de Comunicação e Mobilização Social, de Recuperação de Áreas Degradadas, de Fiscalização”. Continuando, a professora faz uma explanação sobre o projeto Carroceiro, seu objetivo, seu funcionamento. “O funcionamento se dar por meio das frentes, técnica, social e veterinária. A frente técnica, consiste em conscientizar quanto às implicações negativas da deposição indiscriminada de resíduos; treinamento sobre circulação em área urbana; vistoria, emplacamento e licenciamento; fiscalização e coibição de deposições irregulares. A frente social, consiste no diálogo com carroceiros para conhecer o tipo de atividade que executam e a forma de interação entre eles e a comunidade e levantar perfil sócio-econômico, incentivar a organização do grupo; discutir dificuldades e conflitos vivenciados. A frente veterinária, consiste nas interações de assistência à saúde animal; marcação e registro, vacinação, palestras, encontros e inseminação artificial de fêmeas”. Em seguida, foi apresentado gráficos com resultados comparativos de viagens realizadas às URPVs de 1995 a 2002, por veículos, carroças e carrinho de mão, como também os resultados do destino dos resíduos das URPVs. Como resultados da frente técnica, foram realizados três Seminários de Educação para o Trânsito para condutores de veículos de tração animal em Belo Horizonte, emplacadas 802 carroças até 2001 com 802 carteiras de condutores expedidas e 4.000 chamadas recebidas no disque-carroça entre 99 e 2001. As metas são: (I) ampliar ações integradas com parceiros (internos e externos); (II) ampliar a rede de URPV; (III) incentivar a criação de novas associações de carroceiros e (IV) aumentar o número de geradores e transportadores envolvidos no programa. Sobre às dificuldades enfrentadas, foram salientadas a resistência da população do entorno, para com a instalação de certos equipamentos urbanos; a resistência inicial da própria Prefeitura no uso do entulho reciclado – o órgão de limpeza urbana assumiu integralmente o projeto; a priorização de espaços públicos para instalação de Estações e URPVs e, por último, a dificuldade de conscientização de alguns transportadores/postura individualista x coletiva. Todo o material que é reciclado nas Estações de Estoril e Pampulha, é levado para fazer cobertura do aterro sanitário”. Concluindo, a professora apresenta a foto do pátio do terreno de uma caçambeira, chamada Lafayette, pioneira na América do Sul na pré segregação, pré triagem do entulho recolhido das construções. “As empresas recicladoras buscam o material já todo triado, fruto da sensibilização com o meio ambiente do proprietário Sr. Lafayette (cópias das apresentações, em anexo). O professor Arnaldo comunica que, após a visita à cidade de Belo Horizonte, manteve contato com Dra. Elizabeth Jucá, assessora do gabinete da EMLURB, solicitando que a mesma apresentasse um relato do que está sendo feito pela Prefeitura para o atendimento da Resolução 307 do CONAMA. Dra. Elizabeth informa que está sendo elaborado pela equipe técnica da EMLURB, o Plano Integrado de Gerenciamento dos Resíduos da Construção Civil da Prefeitura do Recife. “O Plano está tendo como base a Lei Municipal 16.377/98, que prevê a co-responsabilidade do gerador e da empresa de coleta, com a coleta, transporte e destino final dos resíduos. A empresa é responsável pela remoção dos resíduos até o volume máximo de 300 litros. Acima disso, a responsabilidade é do gerador, com ônus para o mesmo. Entre as propostas do projeto da Prefeitura do Recife, está o reaproveitamento dos resíduos para a recomposição das áreas e minimização dos impactos ao meio ambiente. Recife tem 17 empresas privadas

prestando serviços do tipo caçambas. A coleta do entulho foi desvinculada do contrato da limpeza urbana. O destino final está sendo no aterro da Muribeca, bastante saturado. A gestão compartilhada é complicada politicamente e tecnicamente. A legislação do CONAMA é mais voltada para o gerador, a nossa para o transportador (empresa que coleta). Estamos na busca de novas áreas para o aterro, com muita dificuldade em encontrar área apropriada na cidade, para instalação da Central dos Resíduos da Construção Civil. Gostaríamos de contar com a ajuda do Conselho. No cadastramento das empresas, exigimos a licença de operação fornecida pela CPRH. Para finalizar chamo a atenção para um problema existente também a respeito do custo x benefício. Como exemplo, lembro, ninguém compra um tijolo usado pelo preço de um virgem". Após o término da apresentação, Dra. Norma comunica aos conselheiros que será necessário retirar da pauta o item 3 - Análise da classificação do imóvel nº 385, da Av. Conde da Boa Vista (Colégio Marista), como IEP, por motivo técnico. Em seguida, parabeniza pelas brilhantes apresentações. "Não temos dúvida da importância da Lei de Resíduos Sólidos, inclusive seus desdobramentos em termos de meio ambiente, saúde e educação. A referida Lei entrará em vigor no mês de janeiro de 2004. Parabenizamos também, o SINDUSCON pela iniciativa como entidade promotora". Passando em seguida a palavra ao Dr. Serapião Bispo, diretor de Ciência e Tecnologia do SINDUSCON. O diretor fala que, "o SINDUSCON tem contrato com uma empresa para remoção dos resíduos, licenciada pela CPRH e pela Prefeitura. É uma exigência legal. Um dado preocupante para o município, só 30% dos resíduos são gerados pelo setor formal, os 70% restantes dos resíduos sólidos são gerados por setores não formais, exemplo, pequenas reformas, grandes geradoras do processo. A experiência de Belo Horizonte é fantástica, pois gerencia esses 70% de maneira prática e objetiva, sem ônus para a Prefeitura e com grande alcance social. Será um grande desafio, mas necessário, o gerenciamento da organização dos dois setores. Em relação ao gesso, de fato o mesmo gera bastante resíduo numa obra, mas é totalmente passivo de ser reutilizado. Outra questão importante é o retorno social no processo desenvolvido por Belo Horizonte. Na próxima reunião do Sindicato, iremos propor a criação de cinco áreas de URPVs. Só para esclarecimento, na área do SECOVI, existe uma associação de carroceiros. Não tínhamos conhecimento da obrigação da legislação municipal, sobre as caçambas. Embora a construção civil utilize há bastante tempo, por necessidade mesmo. O SINDUSCON recentemente elaborou uma cartilha que trata da destinação dos resíduos sólidos na construção civil. Para finalizar, gostaríamos de deixar registrado que necessitamos da ajuda da EMLURB, no diagnóstico do montante dos resíduos gerados pelos setores formal e informal". Dando prosseguimento, Dra. Norma dá início a discussão, passando a palavra a conselheira Fátima Furtado - MDU/UFPE. A conselheira pede desculpas pelo seu atraso, reconhece a importância do assunto, comunica que trabalhou muitos anos com limpeza urbana, embora esteja há bastante tempo afastada. "Levanto quatro questões como contribuição na discussão. Primeiro resgatando um pouco da história, na cidade do Recife a associação de catadores existe há 20 anos, consolidada. Como existe mais de um nível de intermediação entre catadores e a destinação final, tem que se trabalhar toda a cadeia social e econômica, do contrário, se dará um processo interrompido. São três ou quatro níveis de intermediações, seja reciclagem de rua e aterro. Não poderemos deixar a margem, na hora de raciocinar, que existe em Recife ONGs que trabalham com o lixo reciclado, exemplo, os Trapeiros de Emaús, em Beberibe. É preciso associar o terceiro setor que trabalha com lixo com presença importante, inclusive, com parceria como o projeto Reciclar. A terceira diz respeito ao processo de implantação das URPVs. Há 17 anos atrás, tínhamos treze locais para descentralização da destinação do

lixo, em Recife. Em 1986, já trabalhávamos com a descentralização, conscientes da precariedade do "lixão" da Muribeca. Tudo que estou dizendo, encontra-se registrado nos arquivos da EMLURB/Prefeitura. Em 1987, implantou-se a usina de reciclagem Marcelo Asfora. Pelo que ouvi hoje, continuamos infelizmente com os mesmos objetivos de 17 anos atrás. A última questão, minha tese de doutorado foi em limpeza urbana, voltada para a parte econômica, pois não me conformava com o fato de não se tratar o lixo com a visão econômica correta. O lixo tem viabilidade financeira, mas não é imediata. A questão do lixo tem que ser tratada inicialmente, como um problema ambiental e social. O mercado de reciclados ainda é muito incipiente, com um nível de intermediação muito alto. Pergunto a professora Antonieta, se a limpeza urbana hoje em Belo Horizonte é privatizada? (a professora responde que infelizmente não tem esta informação). A cadeia econômica em Belo Horizonte, é completamente diferente de Recife. Precisamos de atenção também, com a questão dos limpa fossas. Onde o pessoal está colocando esse material? Temos a preocupação com a metralha servir para problemas de erosão. Recife é pioneira em vários aspectos em comparação a outras cidades, como Belo Horizonte, Rio de Janeiro e outras. Nossa primeira usina de reciclagem foi em 1961, durante a gestão do Dr. Miguel Arraes, como prefeito da cidade do Recife. Até hoje não temos a reciclagem do lixo, única e exclusivamente por falta de decisão política. Sem essa decisão, por melhor que sejam os estudos não teremos essa tão esperada reciclagem. Finalizando, louvo a iniciativa do SINDUSCON, mas é importante lembrar/saber que temos vários estudos elaborados há bastante tempo, não operacionalizados por falta de vontade política". Prosseguindo, Dra. Norma passa a palavra ao diretor geral da DIRMAM/SEPLAM, Dr. Mauro Buarque. "Na Prefeitura, existe um grupo de trabalho, constituído para elaboração de estudos sobre coleta seletiva, de início sediado na própria EMLURB, hoje na Secretaria de Serviços Públicos. Como primeiro objetivo, elaborar um diagnóstico, um levantamento da situação atual. Como segundo objetivo, realizar projetos para operacionalização. As universidades, algumas ONGs, como também a Fundação Ford, estão inseridas no processo. Existem alguns projetos formatados esperando parceiros. Hoje, estamos tentando desenvolver um processo que independa da atuação ou não do poder público. Para concluir, sugiro convidarmos esse grupo de trabalho a fazer uma explanação no Conselho, para conhecimento do diagnóstico real da situação da coleta seletiva e as ações propostas". A seguir, Dra. Norma passa a palavra ao conselheiro Paulo André - CMP, "sobre coleta seletiva, na Região Metropolitana do Recife são produzidas cerca de 3 mil toneladas, na cidade do Recife, em torno de mil toneladas, embora a Prefeitura só consiga coletar 80% dos resíduos. É em cima dos 20% restantes que os agentes ambientais tiram sua subsistência. Houve uma emenda no OGU no montante de 150.000,00 reais, do deputado federal Fernando Ferro, destinada à construção de Núcleos de Triagens e Comercialização. Nossa comunidade foi contemplada e, uma das nossas reivindicações é que não se dê exclusividade a nenhum empreendimento. Sobre a coleta seletiva, é preciso uma iniciativa da Prefeitura, em fazer uma parceria com algum segmento da sociedade. O governo do estado, doou um galpão para implantação dos núcleos. Estamos tentando discutir com a EMLURB, a necessidade da realização de uma pesquisa sócio-econômica, pois estamos realizando essa pesquisa sem nenhum apoio do poder público. O núcleo inicial será instalado no Coque, depois em outros locais, o começo para o resgate da cidadania dessas pessoas". A seguir, Dra. Norma passa a palavra ao professor Arnaldo, que comenta sobre a importância da iniciativa do SINDUSCON. Tratando-se dos problemas dos resíduos da construção, lembra que Recife tem um sério problema de drenagem, seus canais, ruas e vias, preenchidos por esses resíduos acarretam problemas à população, principalmente na

época das chuvas. “Nós, que estamos participando desse processo a convite do SINDUSCON, nos colocamos à disposição no sentido de desenvolver projetos, que gerem um apoio tecnológico para uma destinação social desses resíduos. Ficamos felizes em saber através da professora Fátima, que existe um histórico sobre o assunto registrado na EMLURB. Isso demonstra a importância da aproximação do setor produtivo com o setor público. Esse histórico será de grande valia para o diagnóstico que estamos pretendendo realizar sobre a produção e a destinação dos resíduos da construção civil”. Continuando, Dra. Norma passa a palavra a Dra. Elizabeth Jucá – EMLURB. “A coleta do material da construção civil não deixa de ser uma coleta seletiva, embora possua características próprias, como a coleta hospitalar. Na construção civil os resíduos poderiam ser divididos em três etapas, a demolição, onde se tem a pedra, a cerâmica, etc, a fundação, onde se tem o trabalho de movimento de terra, e a terceira, o acabamento, nessa etapa entra todo o material do catador, plástico, papel, vidro, metal e etc”. Respondendo à conselheira Fátima Furtado: “quanto aos locais para usina de compostagem, na realidade, a idéia era pegar a matéria orgânica e tratá-la, a triagem viria a reboque. Não foi implantada nenhuma usina, houve rejeição por parte da comunidade e falta de vontade política”. Passando a palavra ao conselheiro Aubiérgeo – CEF. “Lembro que, em 2001, durante o seminário de Saneamento Municipal, foram levantados alguns dados em relação a utilização de recursos financeiros destinados aos resíduos sólidos. Na época, comentou-se que Belo Horizonte era a cidade brasileira que mais havia aplicado recursos para essa finalidade. Confesso que, quando obtive esta informação, pensei que a cidade tivesse realizado uma grande obra, consumindo grande parte dos recursos. Hoje, pude verificar que os recursos foram utilizados em diversas áreas da cidade, tomando-a modelo nacional. Isso bate com o que a conselheira Fátima falou sobre a questão da vontade política. Quase sempre, politicamente, só interessa uma obra que possa dar visibilidade à população e Belo Horizonte conseguiu com aplicação dos recursos destinados à coleta dos resíduos, desenvolver um excelente trabalho. Precisa haver em Recife uma discussão com toda a Região Metropolitana, na busca de emendas parlamentares, um trabalho integrado. Os recursos financeiros existem, talvez não sejam suficientes, mas, muitas vezes não são utilizados por falta de iniciativa de projetos”. A seguir, Dra. Norma passa a palavra ao conselheiro Antônio Carrilho – FIEPE. “Nós da construção civil não somos conhecedores, muito menos especialistas nesse assunto, mas não somos os principais geradores desses resíduos. Pelo fato de pertencermos ao setor formal, com certeza, somos mais atingidos em nossa atividade econômica. O poder público tem que tomar uma decisão eficaz até a data que o Ministério Público determinou e a legislação pertinente entrará em vigor, janeiro de 2004. Estamos buscando os melhores parceiros com o objetivo de viabilizar a questão. Contamos com a ajuda de todos na solução do problema e estamos abertos a qualquer tipo de colaboração possível no decorrer do processo. Hoje, as empresas trabalham num sistema de gestão de projeto, cada dia mais tornando-se um setor industrial de montagem, com isso produzindo menos resíduos. Juntos com a Prefeitura, procuraremos chegar a uma solução boa para a cidade”. Concluindo o assunto, Dra. Norma fala que, em nome da SEPLAM firma o compromisso de trabalhar conjuntamente, com o objetivo de viabilizar o Plano Integrado de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos. Finalizando a reunião, Dra. Norma agenda para o dia 06 de junho de 2003 a 2ª Reunião Extraordinária do Conselho de Desenvolvimento Urbano – CDU, como pauta o Plano Diretor e, para o dia 20 de junho de 2003, a 115ª Reunião Ordinária que terá como pauta: Discussão sobre o Projeto de Lei nº 005/03 que modifica o anexo 11 da Lei do Uso e Ocupação do Solo; Apresentação da Política Habitacional da Prefeitura; Análise da classificação do imóvel do antigo colégio Marista

como IEP, o Plano Diretor e o Código Florestal. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e, eu Graça Sá Barreto, Secretária Executiva, lavrei a presente Ata que vai assinada pelos conselheiros presentes. Recife, 25 de Abril de 2008.

Norma Lacerda – SEPALM (suplente do presidente)

José Cavalcanti de Rangel Moreira – DIRCON/SEPLAM (titular)

Elbia Valéria Pires da Silva – DIRCON/SEPLAM (suplente)

Elísio Soares de Carvalho Júnior – Sec. Finanças (suplente)

Tatiana Maia da S. Mariz - Sec. de Assuntos Jurídicos(titular)

José Carlos Almeida Júnior – Sec Saúde (titular)

Aubiérgio Barros de Souza Filho - CEF (titular)

Sílvia Maria Ramos de Oliveira - FIDEM(titular)

Maria de Fátima Furtado – MDU/UFPE (titular)

Antônio Benévolo Carrilho – FIEPE (suplente)

José Luiz Soares Muniz de Araújo – ACP (titular)

Antônio Aristóteles de G. Bastos – CREA (suplente)

Huseyin Miranda Sipahi – CORECON (titular)

Márcio de Souza Rocha – STIUEPE-CUT (suplente)

Arménio Cavalcanti Ferreira – ADEMI-PE (titular)

Ronaldo Coelho Filho – CENDHEC (titular)

Carlos Maurício da Fonseca Guerra – Josué de Castro (suplente)

Ana Kelly Ferreira – ETAPAS/ABONG (suplente)

Elaine de Oliveira Santos de Farias – Fórum do PREZEIS (titular)

João José da Silva – Fórum do Prezeis (suplente)

Altamir Jorge do Espírito Santo – MNLM (titular)

Paulo André – CMP (suplente)









































